

Aprovado empréstimo para rolagem da dívida das empresas

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Um esquema de alongamento do perfil de empréstimos, destinado especificamente à rolagem da dívida de empresas não financeiras para com instituições financeiras, foi ontem aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em troca de uma regalia para os bancos interessados que poderão substituir 10% do valor recolhido em moeda, ao Banco Central (BC), sob a forma de compulsório sobre depósitos a vista, em Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) com remuneração de 6% ao ano.

Para usufruírem este benefício, os bancos precisam, no entanto, garantir a aplicação de três vezes mais o valor da fatia de 10% de seus compulsórios em empréstimos de longo prazo para empresas — grandes ou médias — que apresentem um nível de endividamento superior ao da média do seu subsetor de atuação. Estes empréstimos vão se concretizar na forma de subscrição de debêntures com prazo mínimo de trinta meses e máximo de cinco anos.

A medida é temporária — os bancos terão um ano de prazo para usar este espaço — e, conforme foi idealizada, não implica crescimento da emissão de

moeda, nem aumento da dívida pública interna. Os bancos, por sua vez, terão de aplicar recursos próprios nas debêntures das empresas em dificuldade pela sua taxa média de captação. “Isso não chega a ser um bom negócio para os bancos”, observou o presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN), Pedro Conde, “mas nós encaramos a proposta como colaboração a uma solução e vamos ajudar.”

O BC havia, inicialmente, idealizado mecanismo semelhante não como forma de direcionar recursos ao saneamento financeiro das empresas, mas como forma de criar no mercado financeiro um nicho para aplicação de dinheiro novo a longo prazo. O presidente do BC, explicou ontem que, no entanto, verificou-se a necessidade de primeiro criar condições para a rolagem da dívida que as empresas têm junto ao sistema financeiro como medida preliminar que possa viabilizar o alongamento de prazo para novos empréstimos na economia.

Em cima do valor recolhido ao BC na forma de compulsórios sobre depósitos a vista, a medida ontem introduzida pode representar a aplicação de cerca de CZ\$ 60 bilhões da parte dos bancos para o ajuste financeiro das empresas em dificuldade.